

Agricultura teve a maior expansão na renda interna

Kristina Michahelles

O setor da economia que mais expandiu a sua participação na renda interna do país na década de 70 foi a agricultura. A sua fatia do PIB (Produto Interno Bruto) passou de 10,1%, em 1970, para 13% no ano passado, segundo a mais recente série das Contas Nacionais produzidas pela Fundação Getúlio Vargas, revista e recalculada com base nos novos dados fornecidos pelo Censo Econômico do IBGE de 1975.

Outro ramo econômico que evoluiu bastante durante a década passada foram os intermediários, financeiros. A sua participação na renda interna elevou-se de 5,7%, em 1970, para 6,5% em 1975 e 8,6% em 1980. Este grande aumento corresponde à entrada do Brasil no capitalismo financeiro durante os últimos 10 a 15 anos.

De fato, a década de 70 maturou toda as reformas engendradas na segunda parte da década anterior e que criaram e regulamentaram o mercado de capitais brasileiro, segundo Ralph Zerkowski, chefe do Centro de Costas Nacionais da FGV. Foi nesta última década que cresceram e se multiplicaram as sociedades de crédito e financiamento, as empresas de seguros, as redes bancárias pública e privada, e que nasceram novos tipos de instituições financeiras.

Aparentemente, a participação da indústria e do comércio no produto interno caiu na década passada, mas esses números ainda podem sofrer modificações com a divulgação do Censo Econômico de 1980 do IBGE, que levará à nova revisão das Contas Nacionais, adverte Ralph Zerkowski.

Investimentos e poupança

Outro fenômeno que fica explícito através da nova série das Contas Nacionais, publicada na Conjuntura Econômica de dezembro, é o aumento da participação do setor externo nos investimentos do país, levando a um processo de substituição da poupança interna pela externa, o que corresponde ao crescente endividamento externo durante a última década.

Em 1970, apenas 5% do total dos investimentos efetuados no país eram de origem externa. Em 1975, esta participação já havia aumentado para 19%. Já em 1980, um quarto de todos os investimentos realizados no Brasil foram financiados com recursos externos, o que significa que em cada quatro cruzeiros investidos no país no ano passado, um era de origem externa.

A taxa geral de investimentos no país teve um ciclo de ascensão e queda na década dos 70. Ela era de 22,9% em 1970, foi crescendo até 1975, quando atingiu 26,8%, e voltou a cair, situando-se em 24,3% em 1980. Considerando períodos mais longos, os dados da FGV indicam uma taxa de investimentos de 22,6% no período 70/73, de 25,7% entre 1974 e 1978 e de 24,5% nos anos de 1979 e 1980.

Isto tudo significa que o Brasil conseguiu financiar aproximadamente um quarto do produto nacional bruto, em média, durante a década passada. Segundo Ralph Zerkowski, essa taxa é adequada ao desenvolvimento e às condições específicas do país. Para efeito de comparação, a taxa de investimentos do Japão logo após a 2ª Guerra Mundial, considerada altíssima, foi de média de 30%, aproximadamente.

Enquanto isto, a taxa de poupança interna percorreu uma trajetória semelhante à dos investimentos, saindo de 21,6% em 1970, atingindo um pico de 27,3% em 1974 e caindo novamente, até ficar em 19,8% em 1980. A queda da poupança nacional é maior do que o declínio dos investimentos. Durante a década, a taxa média de poupança interna foi de 23,2% do PIB. Isto corrobora a tese de que está ocorrendo um processo de substituição da poupança interna pela externa.

Setor governamental

A participação da renda do Governo no PIB (Produto Interno Bruto) caiu de 16,2% em 1970 para 12% em 1980. Segundo os dados da FGV, a fatia do Governo na renda interna no período 70/73 — ou seja, imediatamente antes do choque do petróleo — foi, em média, de 16,5%. No período 74/78, ela diminuiu para 14%, e encolheu mais ainda em 79/80, quando passou a ser, em média, de 12,2%.

Isso não significa, porém, que o grau de estatização na economia brasileira caiu na década. De acordo com as explicações do chefe do Centro de Contas Nacionais da FGV, Ralph Zerkowski, a renda do setor disponível diz respeito a salários e encargos nas empresas governamentais federais, estaduais e municipais. Há uma grande parte da renda do Governo diluída no setor industrial, e outra no setor terciário, sobretudo no ramo dos intermediários financeiros. Ai estão computados, por exemplo, os órgãos do Governo como o Banco do Brasil, o BNDE e os bancos estaduais de desenvolvimento.

Previdência e subsídios

A participação das transferências do Governo — gastos da Previdência com as famílias, aposentadorias, auxílios, abonos — cresceu muito na última década, de acordo com os dados das Contas Nacionais. Estes gastos do Governo com encargos sociais aumentaram de 33% em 1970 para 39% em 1980, o que explica, em grande parte, a crise do sistema previdenciário nos últimos anos.

O crescimento destes encargos, sobretudo em certos períodos, foi surpreendente. De 1975 para 1976, o crescimento destes encargos, em termos reais, foi de 18,5%. De 1977 para 1978, o aumento real foi de 16%. Estas taxas de crescimento foram maiores do que a variação do Produto Interno Bruto, que foi de 9,7% de 75 para 76 e de 4,8% de 77 para 78. Isso significa que o país teve que pagar mais do que proporcionalmente ao aumento do total de suas riquezas pelos encargos sociais.

Os dados referentes aos subsídios governamentais, nas Contas Nacionais, incluem política de preços mínimos e subsídios ao consumo interno do trigo, do açúcar e do café. No entanto, deixaram ainda de ser incluídos, na nova série, os subsídios aos derivados de petróleo e as alíneas extra-orçamentárias do IULC (Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis), segundo a própria FGV “por não se ter obtido informações que conduzissem a estimativas suficientemente confiáveis”.

Os subsídios que foram incluídos no cálculo tiveram uma queda em sua participação ao longo da década: 14,1% do PIB no período 70/73; 11,8% em 74/78 e 10,4% em 79/80. Em média, durante toda a década de 70, a fatia dos subsídios na renda interna foi de 12,4%.

Parâmetros da economia brasileira — contas nacionais do Brasil a preços correntes — em % — anos: 1970/1980 e períodos selecionados

Especificação	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	70/73	74/78	79/80	74/80	70/80
1. Renda do Setor Agrícola/Renda Interna	10,1	10,4	10,5	11,3	11,5	11,0	12,8	14,9	13,5	13,3	13,0	10,6	12,7	13,2	12,9	12,0
2. Renda do Setor Secundário/Renda Interna	35,9	35,7	36,1	36,6	37,9	37,1	35,7	34,2	33,4	32,4	34,0	36,1	35,7	33,2	34,9	35,4
3. Renda do Setor Terciário/Renda Interna	54,0	53,9	53,4	52,1	50,6	51,9	51,5	50,9	53,1	54,3	53,0	53,3	51,6	53,6	52,2	52,6
4. Renda Disponível do Setor Privado/Produto Nacional Bruto	83,8	83,3	83,6	83,4	85,8	85,5	85,2	85,7	87,7	87,7	88,0	83,5	86,0	87,8	86,5	85,4
5. Renda Disponível do Setor Governo/Produto Nacional Bruto	16,2	16,7	16,4	16,6	14,2	14,5	14,8	14,3	12,3	12,3	12,0	16,5	14,0	12,2	13,5	14,6
5.1 — Tributos Indiretos Menos Subsídios/Produto Nacional Bruto	14,8	13,8	14,1	13,8	12,7	11,3	11,8	11,8	11,4	10,1	10,7	14,1	11,8	10,4	11,4	12,4
5.2 — Tributos Diretos Menos Transferências/Produto Nacional Bruto	0,3	1,8	2,4	2,9	3,6	3,8	3,2	3,5	2,5	2,8	2,4	1,9	3,3	2,6	3,1	2,7
5.3 — Outras Receitas do Governo/Produto Nacional Bruto	1,1	1,1	-0,1	-2,1	-0,6	-0,2	-1,0	-1,6	-0,6	-1,1	0,5	-1,1	-0,8	-1,0	-0,5	
6. Consumo Pessoal/Renda Disponível do Setor Privado*	81,0	81,2	80,5	78,1	76,7	78,7	80,5	81,1	82,9	85,3	84,7	80,2	80,0	85,0	81,4	81,0
7. Poupança Líquida do Setor Privado/Renda Disponível do Setor Privado**	13,1	12,8	13,5	15,9	17,5	15,5	13,6	13,1	11,5	9,1	9,7	13,8	14,2	9,4	12,8	13,2
8. Poupança do Governo/Renda Disponível do Setor Governo	34,9	38,1	37,5	39,4	33,3	28,8	30,3	32,5	22,6	21,6	24,2	37,5	29,5	22,9	27,6	31,2
9. Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Governo/Renda Disponível do Setor Governo	25,4	23,9	22,5	22,7	27,6	27,6	27,0	25,5	25,4	19,8	18,8	23,6	26,6	19,3	24,5	24,2

* O Consumo Pessoal, no ano de 1980, inclui a Variação de Estoques

** A estimativa de poupança está afetada pela não inclusão de Variação de Estoques, em 1980

Fonte: Centro de Contas Nacionais — DCS/IBRE/FGV